



# Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 1984

ANO X

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 78.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1984 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados: Homero Oguido e Adhail Sprenger Passos.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado e Tuguio Setoguetta. (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Artagnão Mattos Leão, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Tadeu França, Quielse Crisóstomo, Rubens Bueno, Tércio Albuquerque e Wilson Fortes. (18).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a sessão.

### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata de sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Está em votação a ata que acaba de se lida.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - (Pela Ordem)- Senhor

Presidente, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

(20) Vinte Senhores Deputados responderam a chamada.

Está em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Pedi verificação de votação de vez que não há número para aprovação da ata. É evidente que no Plenário da Assembléia não se encontram mais que quatro Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa se louvou na chamada nominal que acabou de ser procedida.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu solicitei verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem)- Com a evidência da retirada dos Deputados do PDS que eu peço nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa atende e solicita do 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Vinte e três (23) Senhores Deputados responderam a chamada, a Mesa atende ao pedido de verificação de votação do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu tenho aqui a relação dos Deputados presentes na Casa, que são em número de vinte e sete. Responderam a chamada vinte e três Senhores Deputados.

Eu assevero novamente a Vossa Excelência pela ponderação que Vossa Excelência tem, pois sei que alguns Senhores Deputados estão, inclusive, dando entrevista aqui no corredor. Eu pediria que se repetisse mais uma chamada, a fim de que a Casa, Senhor Presidente, com a presença dos Senhores Deputados, pudesse funcionar realmente. Acredito que seja a intenção de todos os Senhores Deputados dar funcionamento à Casa.

Louvo-me na atitude digna de Vossa Excelência, como realmente é o responsável pelo bom nome desta Assembléia, a fim de que todos os Senhores Deputados possam chegar ao Plenário e responder a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa vai acatar a questão de ordem levanta-

da por Vossa Excelência, mas declara que pela última vez vai proceder a chamada nominal nesta sessão.

Solicito ao Senhor 1.º Secretário que proceda a nova chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e oito (28) Senhores Deputados responderam a chamada.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

Dezenove (19) Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Está aprovada a ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 192/84

Curitiba, 12 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada apreciação dessa nobre Assembléia Legislativa o ante-projeto de lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1985 a 1987.

A programação de investimentos de cada órgão governamental, especificada no presente anteprojeto de lei, foi elaborada em consonância com as diretrizes contidas no Plano de Ação do Governo, de modo a assegurar a destinação prioritária de recursos a programas que concorram para a expansão das oportunidades de emprego, melhoria das condições de vida, maior eficácia na prestação de serviços à coletividade e para a retomada do crescimento da economia estadual.

O valor global da programação de todas as despesas de capital da administração estadual, direta e indireta, a preços de 1985, para o triênio, está estimado em CR\$ 20,3 trilhões, sendo:

I - Recursos do Tesouro - 4.193.880.141.000

II - Recursos de Outras

Fontes ..... 16.151.400.349.000

Nos anexos integrantes do anteprojeto de lei estão detalhados os programas, de ação, segundo cada órgão em termos de funções, programas, subprogramas, projetos e atividades, os quais procuram dar continuidade às especificações listadas por setor, em nossa Mensagem nº 105, de 14 de setembro de 1983, e em estrita observância às disposições e normas legais que regem a formulação dos Orçamentos Plurianuais de

Investimentos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estas são as considerações que julguei necessárias e oportunas para a análise judiciosa e ao alto pronunciamento dessa egrégia Assembléia Legislativa sobre o anteprojeto de Orçamento Plurianual de Investimentos, para o período de 1985 a 1987. (a) JOSÉ RICHARDSON, Governador do Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente. O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 122/84, que declara de utilidade pública a Congregação do Apostolado Católico (Irmãs Palotinas), com sede e foro no Município de Arapongas. Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente. Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 198 e 202/84, constantes da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje. Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente. O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada para o dia 10 de outubro, às 15 horas, a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Padre Gustavo Henrique Pereira Filho. Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente. O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de louvor ao empresário paranaense José Carlos de Carvalho, em virtude de sua posse na Presidência da Associação Brasileira de Distribuidores de Veículos Automotores, bem como que se dê ciência ao homenageado deste voto de congratulações. Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) NELSON BUFFARA

## JUSTIFICATIVA:

A eleição do empresário paranaense José Carlos de Carvalho para a presidência da A.B.D.V.A. constitui, sem dúvida, um grande prestigiamento ao nosso Estado, como reconhecimento às elevadas qualificações do novo titular dessa entidade que tem uma grande importância na vida econômica nacional.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, nos Anais da Casa, um voto de congratulações ao advogado paranaense Mário Stasiak pela honrosa classificação em 2.º lugar no 1.º Concurso Nacional de Poesias Vinícius de Moraes, promovido pela União Nacional de Servidores Públicos e realizado no Rio de Janeiro, feito que honra a cultura paranaense.

Requer, ainda que seja dada ciência da consagração ao homenageado, residente na Rua Marechal Deodoro, 503, ap. 1.006, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) ANTÔNIO BELINATI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado consubstanciado em apelo no sentido de que através da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, se dê cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 1.538, de 02 de dezembro de 1953, que criou na Capital do Estado, a Casa de João Turin, destinada a preservar a memória desse grande escultor paranaense.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) NELSON BUFFARA

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se à necessidade de que, através da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, se cumpra o texto da lei em questão, a qual tem a nobre finalidade de preservar a memória de tão ilustre vulto do Paraná, o grande escultor João Turin, lei esta que, até o momento, sem que se tenha para isso uma explicação plausível, não foi cumprida.

Acreditamos que uma das atribuições da referida Secretaria vem a ser a de preservar a cultura paranaense. Logo, muito justo que se atenda ao preceito legal, perfeitamente conformado aos moldes de sua competência.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Cândido Pacheco Bastos, Diretor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, solicitando seja reformada a quadra de esportes da Escola Francisco Vilanueva, no Município de Rolândia.

A referida quadra necessita, urgentemente, de uma ampla reforma, pois não apresenta condições mínimas de uso, prejudicando assim os mais de mil alunos daquele estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) FIORI LUIZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado José Richa e ao Excelentíssimo Sr. Luiz Cordoni Júnior, Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando uma ambulância para o Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

Boa Esperança é um município essencialmente agrícola tendo na força de trabalho de seus "bóias-frias" a sua principal fonte de riquezas, mas é por essa razão que as necessidades básicas de saúde e de assistência social são premente naquele município, pois, aquela municipalidade não tem, até o presente momento, uma ambulância em condições de atender a grande demanda de pessoas que ali necessitam ser atendidas, daí a justeza da presente reivindicação.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, MD Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que sejam agilizados os estudos para a construção de um novo prédio para a Delegacia de Polícia de Londrina.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) FIORI LUIZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enca-

minhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, MD. Secretário da Segurança Pública, sugerindo a criação de uma Delegacia Especializada de Costumes na 10.ª Subdivisão Policial de Londrina.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Martinho Faust, MD Presidente do BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná, sugerindo a instalação de um escritório regional do BADEP na Cidade de Londrina.

Cientes de que o atual presidente do órgão realiza um trabalho notável de contatos no interior, dentro da política de descentralização, é que sugerimos tal medida, que viria de encontro aos anseios do empresariado, notadamente da região Norte do Estado.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Dalcanalle, MD Secretário da Comunicação Social do Estado do Paraná, sugerindo a criação de um Núcleo da referida Secretaria, na cidade de Londrina.

Tal solicitação visa, acima de tudo, evitar os constantes deslocamentos de equipes para o interior, principalmente na região Norte do Estado. Os eventos na citada região poderiam ser cobertos por uma equipe do Núcleo.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Excelentíssima Secretária da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, solicitando providências no sentido de dotar o Curso Profissionalizante de Instrutores da Escola Francisco Vilanueva, em Rolândia.

No referido estabelecimento existe material técnico, porém faltam instrutores. A Escola Francisco Vilanueva situa-se na Vila Oliveira, em Rolândia, e atende um grande contingente de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando informações sobre todos os recursos destinados, desde 15 de março de 1983 até a presente data, à Prefeitura do Município de Londrina, seja a título de empréstimos, de transferências, de dotações orçamentárias, seja mediante convênio ou a título de doações, discriminadas as importâncias, as datas e as fontes dos recursos.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido Plenário, REQUER o envio de ofício à Casa Civil com o objetivo de obter as seguintes informações sobre as viagens do Sr. Governador do Estado, no período de 1.º de janeiro a 10 de setembro de 1984:

1 - Datas em que o Sr. Governador do Estado efetuou viagens, no Estado e fora do Estado, indicando o destino e objetivo de cada uma delas.

2 - Roteiro de cada viagem e membro(s) da(s) comitiva(s) que o acompanharam.

3 - Meios de locomoção em cada uma das viagens:

- quando terrestres, se com veículos oficiais;

- quando aéreas, se com avião do Estado, com avião de carreira ou com avião fretado, especificando, nesses casos, tipo de equipamento e empresa de fretamento.

4 - Em quanto importaram os custos de transporte de cada uma das viagens.

5 - Despesas de hospedagem e alimentação do Sr. Governador e da(s) respectiva(s) comitiva(s), em cada uma das viagens.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Cabe à Assembléia Legislativa, através de seus Deputados, o acompanhamento dos gastos do dinheiro público, bem como a ação fiscalizadora.

Através dos noticiários de rádio, jornais e televisão, temos conhecimento de que o Sr. Governador do Estado tem-se movimentado pelo interior do Estado, bem como por outros estados, nem sempre no interesse da Administração Estadual, mas muitas das vezes com objetivo de participar de reuniões de caráter político-partidário.

rias.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI N.º 226/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a entidade "FUNDAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E EDUCACIONAL GUARDA-MIRIM DE TELÊMACO BORBA", com sede e foro em Telêmaco Borba - PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) PÉRICLES PACHECO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos Sírío de Castro Ribas, Comarca de Telêmaco Borba - Paraná e serve desinteressadamente à coletividade, conforme a documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente à matéria de utilidade pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 227/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada de "Escola Professora Terezinha Gresczuk Luppi", a unidade escolar construída no Jardim Santa Lúcia, 2.ª Parte, no Município de Paigandu.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/09/84.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

**JUSTIFICATIVA:**

Tem o presente plano de lei a intenção de prestar uma singela homenagem a uma pessoa pertencente a tradicional família paiganduense, sendo uma das pioneiras do município, que por sua dedicação e amor prestou relevantes serviços à comunidade.

Terezinha Luppi, exerceu por muitos anos com dignidade e honradez a função de professora na Escola Municipal Bandeirante e General Rondon.

Em 1976, contraiu matrimônio na Igreja Santo Cura D'Ars de Paigandu, com o Sr. João Luppi e dessa união nasceram dois filhos: Cezar Alan e Terezinha Taís.

Seu falecimento prematuro, ocorrido em 03 de março do corrente ano, veio

consternar a comunidade de Paigandu e cujo desaparecimento abriu uma lacuna irreparável na sociedade local.

Razão pela qual estamos apresentando o referido projeto que temos a certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Apenas para registrar um grande acontecimento para o nosso Estado, no dia vinte de setembro assumirá a presidência da ABRAVE um grande empresário, um dos maiores do nosso Estado, que é o Senhor José Carlos Gomes de Carvalho. Em São Paulo, no dia vinte, ele assumirá a presidência dessa importante entidade, numa eleição disputada que culminou com a indicação desse notável homem de empresa para dirigir os destinos da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Autônomos - ABRAVE. Nós nos congratulamos com esse fato auspicioso e solicitamos que os Senhores Deputados, após examinar o nosso requerimento, que é o de requerer um voto de congratulações pela posse de empresário na presidência do Conselho da ABRAVE.

A nossa justificativa reveste-se de uma importância, e creio que todos aceitarão, porque a importância da ABRAVE é um fato inquestionável e incontestável, razão pela qual nós nos rejubilamos, nós nos sentimos orgulhosos de termos um paranaense do cabedal, da competência de José Carlos de Carvalho para dirigir os destinos da ABRAVE.

Apenas, Senhor Presidente, para comunicar esta nossa atitude e o nosso requerimento que será endereçado à Mesa para que os Senhores Deputados opinem sobre o mesmo e oxalá aprovem a fim de que possamos prestar uma relevante homenagem a quem muito merece.

Muito obrigado. - (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Infelizmente o nosso apelo feito desta tribuna na segunda-feira desta semana, não foi atendido, e pelo visto, muito menos entendido pelo ex-Prefeito Antônio Belinati. A presença do

ex-Prefeito Antônio Belinati na sessão da Comissão Especial da Câmara de Vereadores de Londrina, realizada ontem, era aguardada por toda a população londrinense, na medida em que os esclarecimentos necessários, a dívida e as obras inacabadas que aquela cidade ainda hoje ostenta, merece da parte da comunidade todos os esclarecimentos necessários.

Eu quero nesta tarde, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trazer ao debate a realidade dos fatos. Após uma primeira justificativa malograda para o seu não comparecimento àquela Comissão, conforme o próprio jornal "Folha de Londrina" documenta, edição da última sexta-feira, dia sete, que traz o texto do telegrama que o nobre Deputado Antônio Belinati passou ao Vereador, Presidente daquela Comissão, em que justifica a sua ausência pelo fato de que o recurso no Tribunal Supremo Eleitoral estaria para entrar em pauta nesta semana e que haveria recomendação para ficar atento a sua tramitação.

Na medida em que esta justificativa não colou, não foi suficiente para convencer, não só os nobres vereadores, como a nós e a comunidade, o ex-Prefeito fez aqui mesmo, da tribuna desta Casa e aí é que é o fato grave, uma segunda justificativa, conforme consultando as notastatísticas, nós podemos verificar, trouxe como justificativa duas mentiras e uma meia verdade.

A primeira delas: justificando sempre de que compareceria, após a presença do ex-Prefeito José Richa naquela mesma Comissão, pelo fato de que segundo disse aqui da tribuna, que Richa lhe transmitiu o cargo, quando na época entregou-lhe publicamente uma moeda de cinquenta centavos que representava todo o dinheiro que a Prefeitura tinha em caixa.

E o segundo argumento nesta mesma justificativa, que o ex-Prefeito aqui, conforme as notas registram, seria preciso ouvir primeiro o cidadão José Richa, pois o mesmo é responsável pelo endividamento de Londrina e além disso, disse que teria legado, Richa quando Prefeito, uma dívida com o BNH que só será saldada no ano 2.002.

Este último argumento é o que queremos comprovar aqui hoje, é a meia verdade, os dois anteriores são as mentiras.

Na verdade, o ex-Prefeito e hoje Governador José Richa, quando transmitiu o cargo ao ex-Prefeito Antônio Belinati, deixou em valores corrigidos para hoje setembro de 1984, a importância de três bilhões e duzentos mil cruzeiros, que é o que equivaleria aos trinta e três milhões, novecentos e sessenta e sete mil e alguns quebrados dos recursos então depositados nos bancos, nas contas bancárias da Pre-

- feitura de Londrina.

Esse fato, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse desmentido, àquela justificativa, está contida na ata de transmissão do cargo do Prefeito Municipal de Londrina, na época José Richa, ao então Prefeito que tomava posse Antonio Belinati.

Esse documento que foi hoje apresentado a um canal de televisão, num programa matutino, conta inclusive com a assinatura, não só do então Prefeito José Richa, como do então Prefeito que então assumia Antônio Belinati.

É o documento que traz claramente, que ao invés de cinquenta centavos, como foi a justificativa dada aqui da tribuna desta Assembléia, o ex-Prefeito José Richa deixava na conta da Prefeitura, na época da transmissão de cargo, CR\$ 33.367.831,38.

Esse é um documento, Senhor Presidente, que inclusive, se houver, e nós esperamos e vamos dar oportunidade ao nobre Deputado Antônio Belinati, para que se retrate diante desses fatos, e que se porventura ainda existe aquela argumentação, nós iremos solicitar um exame grafotécnico dessas assinaturas que estão contidas na ata de transmissão de cargo.

A segunda justificativa, também mentirosa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando diz que a maior parte da dívida de Londrina é atribuída à gestão do então Prefeito José Richa. Na verdade, a dívida hoje, que está orçada em 140 bilhões de cruzeiros, que em agosto passado, há um mês atrás era de 126 bilhões de cruzeiros; que em dezembro próximo será de 175 bilhões de cruzeiros; dessa dívida, 79,5% foi contraída durante a gestão Antônio Belinati - José Del Ciel no período de 77/82.

Quando José Richa deixou a Prefeitura de Londrina, a dívida representava um Orçamento Municipal, pagável de fato, em 20 anos; e aí é que está a meia verdade. A dívida deixada pelo então prefeito José Richa, representava um montante equivalente a um Orçamento Municipal, em cima dela incorriam juros de 4 a 6%, e fundamentalmente era uma dívida decorrente de financiamento de BNH. Enquanto a administração Antônio Belinati - Del Ciel, deixou, legou para a atual administração municipal de Londrina, uma dívida equivalente a 7 orçamentos municipais.

E o que é pior, Senhor Presidente, Senhores Deputados, resgatável num prazo equivalente a da atual administração municipal, na sua maioria. A variação também um outro fato agravante dessa dívida contraída durante o período 77/82, é de que a grande parte dela foi contraída com bancos e em moeda estrangeira, com variação cambial e com taxas de até 27% ao ano.

Esta situação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao invés, e aí está a

meia, verdade, de representar um ônus daquela dívida, então deixada pelo Prefeito José Richa, perfeitamente dentro dos limites do endividamento, em torno de 20% da capacidade de endividamento do município, está tratada como uma situação perfeitamente normal, dentro da situação do quadro municipal; estaria sendo tratada na época, e deixava uma condição para as futuras administrações, de levar adiante o trabalho da gerência municipal, sem ter todo o encargo, como hoje tem o atual Prefeito Municipal de Londrina.

Além disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é bom que se registre....

O SR. Antônio Belinati - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Já em seguida, Deputado, deixe-me completar so esta parte do raciocínio.

É bom que se registre, que os 175 bilhões, que até o final deste ano Londrina ficará devendo, passará a representar oito vezes o orçamento de 1984, e cerca de três vezes o Orçamento de 1985. Aliás, o nobre Deputado Adnail Sprenger Passos, já nesta Casa em Sessão da semana passada, trazia dados apresentados pelo Prefeito Wilson Moreira e encaminhados a todos os Deputados desta Casa, em que mostrava que diante dessa situação, o "déficit" previsto para 1985 da Prefeitura Municipal de Londrina, seria de 127 bilhões de cruzeiros. Isto apesar de todo o esforço que a administração Wilson Moreira, atual administração de Londrina, vem fazendo no sentido de regularizar o pagamento de dívidas como do PASSP, Fundo de Garantia, INPS e fornecedores.

Esse sim, que no momento da posse, da atual administração, em 31 de janeiro de 1983, estavam totalmente atrasados, faziam parte da dívida. Coisa que não aconteceu, durante a gestão José Richa naquela Prefeitura. E um outro fato, de que a administração Antonio Belinati -- Del Ciel, entregou para o atual Prefeito Wilson Moreira, um caixa de 380 milhões; mas só de folha de pagamento atrasada de funcionalismo, existia dívida de 580 milhões de cruzeiros; a par de todo este restante da dívida, em dólares, em moedas estrangeiras, do BNH, em desapropriações que representam os valores que nós mencionamos um pouco antes.

Ainda assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o "déficit" previsto para 1985, com todo esse esforço de pagamento e agora ainda recentemente, nós tomamos conhecimento da renegociação da dívida do Banco Econômico, que de um valor inicial, de quando se contraiu o empréstimo, de 5 milhões, 780 mil dólares, que agora, du-

rante o mês de agosto, com a atualização, estaria representando 16 bilhões de cruzeiros, foi renegociada no final do mês de agosto início do mês de setembro, por 4 bilhões, 837 milhões de cruzeiros. A dívida que inicialmente de 5 milhões, 780 mil dólares equivaleria a 20% do investimento feito, só como parâmetro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, 20% do investimento feito pelo Governo Americano no projeto do avião orbital "Discovery", lançado ao espaço há poucos dias. Vinte por cento significava, do valor daquele investimento, significava uma fonte devedora contraída ainda no ano de 1979.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fica diante destes fatos e diante do depoimento já prestado perante aquela Comissão de Vereadores de Londrina por várias autoridades municipais da administração municipal e, por participarem também vários representantes da comunidade londrinense, representantes de sindicatos de órgãos associativos, Associação Comercial e outras, se comprova que a dívida impagável hoje, segundo as palavras do Secretário da Fazenda do município, Professor Gabardo, tem como responsável maior, a administração durante o período de 1977 e 1982.

Como diz o professor Gilney Carneiro Leal, procurador do Município de Londrina em entrevista à Folha de Londrina como reportagem do seu depoimento naquela comissão, de que a dívida do município até o período de 76, durante a administração José Richa estava perfeitamente incompreendida dentro dos limites de endividamento do município e, que estes limites foram ultrapassados durante a gestão 77/82. Porque até então a dívida estava perfeitamente dentro dos parâmetros legais.

Esta Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a verdade do desempenho financeiro da administração de Antônio Belinati e José Del Ciel.

Quanto ao desempenho do setor de obras e serviços que é apresentada com frequência como argumento para o endividamento realizado na administração municipal naquele período, cabe algumas correções.

Na verdade o que existe hoje na cidade de Londrina e é motivo, inclusive, não é só o endividamento, mas também, as obras inacabadas, o que na verdade existe é uma variante ferroviária inacabada, restando obras no valor de mais de um bilhão de cruzeiros para se tornar possível a transferência legal e integral daquela obra no trecho antigo à Prefeitura. É uma estação rodoviária inacabada e também inviável de ser concretizada dentro do projeto inicial, depois mesmo de ter sido feitos os investimentos em torno de 5 bi-



lhões de cruzeiros, hoje se arcaria com mais de 10 bilhões de cruzeiros, para terminar aquela projeção inicial.

Além disso, a pavimentação daqueles conjuntos habitacionais que é motivo de boa parte do endividamento do Município de Londrina. A precariedade dos serviços prestados gerou a necessidade de um investimento por parte da atual administração municipal de mais de 500 milhões de cruzeiros no recapeamento e na recomposição da pavimentação daquelas vias.

Em termos de escolas municipais, salas de aula para a população londrinense, só durante este período de um ano e meio de gestão, Wilson Moreira, atual Prefeito Municipal, se construiu em média de uma sala de aula para cada 10 dias da administração. E isso ainda para se ter uma idéia Senhor Presidente e Senhores Deputados, com todo este esforço, com toda esta construção que a administração municipal vem fazendo junto com o empenho da FUNDEPAR, significa metade da necessidade de salas de aula nos conjuntos habitacionais de Londrina. Essa, inclusive, é um dos grandes fatores da crise social que a população da periferia enfrenta, mostrando o descaso com o aparelho educacional que se teve durante a gestão anterior.

Tem sido justificado, aqui mesmo, o ex-Prefeito Antônio Belinati mencionou e também ontem num programa de televisão o fato de que trinta postos de saúde teriam sido construídos e colocados em funcionamento na sua administração. Não corresponde à realidade. Ainda hoje o Município de Londrina não tem os trinta postos mesmo tendo o atual Prefeito já implantado, nesse seu ano e meio, dez postos de saúde; ainda assim, hoje, o Município de Londrina, não arca com a responsabilidade e funcionamento de trinta postos de saúde.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que nos assusta e nos motiva a trazer hoje, esses dados aqui à tribuna dessa Assembléia, de que inverdades transmitidas anteriormente permanecem sem o devido esclarecimento, nós acreditamos que o local ideal para que esses esclarecimentos sejam feitos é a Comissão instalada pela Câmara dos Vereadores de Londrina.

Não queremos que o nobre colega parlamentar, ex-Prefeito de Londrina, tenha acrescentada a sua pecha, como vida política na nossa região, que além de ter debandado de um partido político que participava na época, seja acusado de fujão ou mentiroso.

Nós esperamos da parte dele, uma retratação diante das colocações feitas aqui, da tribuna desta Casa, como também na televisão, me parece que, lembrando de declarações suas recentes também, quando de acusar as oposições na sua luta pelas

eleições diretas e também ocupando o espaço do Colégio Eleitoral, nos acusava, as oposições brasileiras, de estar trazendo à população, o descrédito e a desmoralização da vida e da classe política.

Fica, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com todos nós, a impressão de que o descrédito da vida e da classe política passam muito mais pela omissão em comparecer a um outro Poder, também legislativo, fica muito mais pelas inverdades transmitidas à população, e terminando e transmitindo o aparte ao nobre Deputado Antônio Belinati, terminando este raciocínio, de que a administração do ex-Prefeito José Richa, sobre a qual o nobre Deputado tenta agora inutilmente jogar dúvidas, já foi julgada duas vezes pela maior e mais democrática das CPIs que é a CPI das praças públicas, nas duas eleições que disputou, depois de ter sido Prefeito de Londrina, Richa recebeu mais de 80% dos votos dos londrinenses que aprovaram assim, de maneira incontestável, o trabalho que ele desenvolveu à frente da Prefeitura. Richa não deve explicação nenhuma à CPI que verifica o endividamento de Londrina, tanto por não ter sido convidado pelos Vereadores, como já provou, por duas vezes nas urnas que fez uma administração consentânea com as aspirações do povo, uma administração, diga-se de passagem, que obteve reconhecimento nacional. O Senhor Antônio Belinati, ex-Prefeito, por seu lado, está em situação exatamente inversa, foi convocado pela CPI da Câmara Municipal de Londrina e já foi, na eleição que disputou, logo após ter sido eleito Prefeito, devidamente condenado pelo povo de Londrina. Só uma parcela insignificante do eleitorado londrinense se deixou enganar por ele uma segunda vez, a maioria dos que votaram nele para Prefeito ...

(Tumulto, vozes superpostas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa suspende a sessão por alguns minutos, até que se restabeleça a ordem.  
(Suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está reaberta a sessão.

A Presidência determina às notas taquigráficas, para que sejam expungidas dos anais desta Assembléia, as expressões ofensivas que tenham sido registradas neste episódio.

Está com a palavra o Senhor Deputado Márcio Almeida por nove minutos restantes.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Está aqui a cópia da ata de transmissão do cargo do Prefeito Municipal José



Richa, ao então Prefeito Antônio Belinati. Consta da ata, inclusive, o valor total dos depósitos que a Prefeitura Municipal de Londrina tinha na época: 28 milhões, 967 mil, 831 cruzeiros e 38 centavos, o equivalente hoje, a 3 bilhões e duzentos mil cruzeiros. Consta da ata a assinatura do ex-Prefeito Antonio Belinati.

Essa é uma das provas.

As demais provas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estão contidas na documentação já do conhecimento público, como o Deputado Adhail Sprenger Passos trouxe a esta Casa, da dívida existente, hoje, o quanto representa a dívida contraída em cada período administrativo.

Portanto, o pretexto para o não comparecimento à Comissão de Vereadores da Câmara de Londrina, apresentados aqui da tribuna, não corresponde à verdade. Como, também, aquele primeiro pretexto, o da existência de um processo do Tribunal Superior Eleitoral, que exigiria a presença do nobre Deputado Antonio Belinati, aqui nesta Casa, não serviu como justificativa, não só à Câmara de Vereadores de Londrina, à Comissão, como a nenhum de nós, paranaenses.

O que o nobre Deputado Antonio Belinati está fazendo, com a negativa em não comparecer àquela sessão, parece a estória do garoto que quebrou a vidraça e que quer por a culpa em outro, fugir às responsabilidades.

Quem não deve, não teme.

Se o Sr. Antonio Belinati não tem, realmente, culpa em cartório, pela situação caótica em que se encontra hoje o Município de Londrina, que vá à CPI...

(Soam os tímpanos - tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa solicita aos Srs. Deputados, que ao apartear o orador que se encontra na tribuna, o façam de maneira regimental.

O Sr. Nelson Buffara - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Márcio Almeida, somente neste momento é que estou sabendo que Vossa Excelência foi secretário na gestão do Deputado Belinati, quando Prefeito de Londrina.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Com muita honra!

O Sr. Nelson Buffara - Vossa Excelência faz acusações sérias ao Deputado Belinati, à sua administração, Deputado por quem nós temos o maior respeito. Acho que Vossa Excelência está comprometendo-se, também, se é que existem provas de que o Deputado Belinati, quando Prefeito, cometeu qualquer atitude desairosa. Vossa Excelência está confessando que tinha participado.

Eu não acredito que o Deputado Belina-

ti tivesse prevaricado. Eu não creio. Conheço o Deputado Belinati desde 1966, quando ele foi eleito Deputado, pelo mandato que tive nesta Casa de Leis. Tenho por ele, portanto, profundo respeito.

Então, é preciso que Vossa Excelência prove as acusações que faz Deputado, para que nós possamos aceitá-las, sob pena de nós imaginarmos que Vossa Excelência está imaginando coisas inverídicas. Mas, eu acho que é preciso que Vossa Excelência prove. Cabe a prova à quem acusa.

Portanto, as acusações de Vossa Excelência para nós, inexistem, por falta de provas.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Nobre Deputado, os documentos estão aqui.

Mais detalhes desta documentação estão, hoje, de posse da Comissão da Câmara de Vereadores de Londrina.

O esclarecimento, quem deve prestá-lo, é o Prefeito sobre cuja administração as suspeitas estão sendo levantadas pela Câmara de Vereadores de Londrina.

A minha participação nos três anos iniciais da administração Antonio Belinati, eu, em nenhum momento neguei na história da minha vida pública.

Tenho, inclusive, a maior honra de ter participado do prosseguimento de um modelo de saúde que é pioneiro no Brasil, implantado durante a gestão do próprio Prefeito José Richa, antecessor. Agora, se não há culpa não há porque temer, e daí não há porque, logicamente, temer o comparecimento perante a Comissão de Vereadores de Londrina. O fato é que a Prefeitura Municipal, a administração, o povo de Londrina, hoje vive uma situação caótica. E que há uma cobrança intensa da população no sentido de que se esclareçam as origens e as razões da dívida astronômica do Município e das obras inacabadas.

Os Vereadores londrinenses são pessoas íntegras, isentas. Que se assumam as responsabilidades, que se crie coragem, e que se procure, sem manobra direcionista, dar resposta à opinião pública londrinense.

O fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o próprio nobre Deputado Buffara relembra, da minha retirada da participação da equipe do então Prefeito Antonio Belinati, foi justamente no momento em que ele fez uma outra opção partidária. Procurei manter coerência com os princípios com os quais eu sempre tive na vida política. Não sei quem é que fica dentro da comunidade londrinense devendo explicações sobre estes fatos, bem como sobre as dívidas e obras inacabadas.

O Prefeito Wilson Moreira teve oportunidade, hoje, de perante as câmeras de televisão trazer a verdade dos fatos. Nós aqui julgamos que essa é a tribuna adequada para que se registre, oficialmente, a

versão que corresponde à realidade. A tribuna é livre para que todos aqueles que se julgarem ofendidos pelas provas, pelos dados que nós trazemos nesta tarde, as desmintam.

Temos convicção de que esta Casa estará sendo agredida, se esse outro Poder Legislativo que é a Câmara de Vereadores de Londrina não puder contar com a presença e os esclarecimentos que estão sendo solicitados.

Fica, portanto, na nossa opinião, e de acordo com os documentos que estamos de posse, ficam refutados os argumentos em torno da responsabilidade maior da dívida de Londrina do valor real recebido das mãos do então Prefeito José Richa pelo seu sucessor.

O Sr. Nelson Buffara - Deputado me concede um aparte?

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Pois não nobre Deputado.

O Sr. Nelson Buffara - O que me causa estranheza Deputado Márcio Almeida, é que pese o respeito que tenho por Vossa Excelência, é que o PMDB somente passou a acusar o Deputado Belinati de desonesto, quando ele passou para o PDS, porque Vossa Excelência antes como Secretário de Saúde do Prefeito, para mim super honesto, Prefeito Belinati não fez as acusações que hoje faz. Vossa Excelência poderia ter feito com mais probidade, com mais condições naquela ocasião. Então eu acredito que aí o que existe é uma frustração de perderem um elemento do gabarito, do "status" de Belinati na região do norte, porque eu estive lá e vi, em Londrina e vi o pestígio incomensurável que tem este político, e então é uma frustração, porque hoje ele pertence ao nosso Partido, razão pela qual Vossa Excelência faz agora as maiores acusações contra ele, e que outrora não faziam.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Na verdade nobre Deputado o que a comunidade londrinense registra hoje na sua história é que foi, coincidentemente ou não, após a sua saída...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado. A liderança de vosso Partido concede-lhe mais cinco minutos. Vossa Excelência passa a falar no horário destinado à Liderança do PMDB.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - O que os documentos comprovam, nobre Deputado Nelson Buffara é de que, tanto as ações populares que foram impetradas durante o período 1977/82 foram após aquela data da mudança de partido. E também, o próprio atraso no recolhimento dos encargos sociais do PASEP como um dos órgãos que eu era responsável,

até 12 de fevereiro de 1980, do Serviço Municipal de Saúde, passaram a não serem recolhidos mais, a partir desta data, fevereiro de 1980, conforme atesta o depoimento do atual Secretário da Fazenda do Município, professor Omar Gabardo.

Esses são os dados, se durante todo o tempo da minha participação na administração, dúvidas ou questionamentos públicos não ocorreram.

De qualquer forma, também, sobre este aspecto, qualquer interpretação poderia ser perfeitamente dirimida, na medida em que o nobre Deputado Antônio Belinati se dignasse comparecer àquela Comissão.

Eu agradeço o tempo da Liderança, e era isto que tinha a dizer. (~~sem~~ revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Por dez minutos o Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós entendemos que a polêmica criada, poderia ser perfeitamente contornada, se o nobre companheiro, nobre parlamentar, Antônio Belinati comparecesse à Comissão Especial da Câmara. Eu acho que seria até motivo para que o nobre companheiro pudesse expor a sua versão em torno desses fatos, mostrar a sua verdade, porque entendemos que, se houveram alguns desmandos na sua administração, há gente talvez muito mais culpada que Vossa Excelência. Agora, causa estranheza, realmente, que o Deputado Antônio Belinati não atendeu o chamamento desta Comissão Especial.

Como parlamentar que é, eu acho que deve haver um respeito a um outro Poder Legislativo, constituído, que é a Câmara. Não vejo demérito algum em se prestar esclarecimentos numa Comissão que nem CPI é, mas é uma Comissão Especial, para se fazer um levantamento do endividamento da cidade, de obras inacabadas, e não vejo motivo para se furtar a ir a esta Comissão Especial da Câmara Municipal de Londrina, para mostrar a versão nobre Deputado. Agora, que Londrina é hoje realmente a cidade brasileira mais endividada, isto já é indiscutível, irrefutável. O Prefeito Wilson Moreira, assumiu a prefeitura com uma dívida que, atualizada aos valores de hoje, chega a 126 bilhões de cruzeiros.

Depois de várias negociações, de pagamento de algumas parcelas, a dívida está hoje, em torno de 140 bilhões de cruzeiros, e chegará a 180 bilhões de cruzeiros, em dezembro deste ano. Ela cresce uma mé-

dia, só de encargos da dívida, 18 bilhões ao mês. Dá este total, este montante de 140 milhões, daria hoje, aproximadamente sete orçamentos da Prefeitura.

Então existe um fator, existe uma causa geradora, e há que se prestar esses esclarecimentos. Eu acredito que não haveria demérito algum ao nobre companheiro, Deputado Antônio Belinati, em prestar esses esclarecimentos a essa Comissão Especial da Câmara Municipal de Londrina. Sinceramente, eu não vejo, porque pelos levantamentos feitos pelo atual Prefeito, 80% da dívida pertence à administração do ex-Prefeito, Antônio Belinati, e do ex-Prefeito, José Antônio Del Ciel. Londrina está realmente num estado de insolvência, e os levantamentos efetuados pela Comissão Especial da Câmara de Londrina que tem na presidência o Vereador Tadeu Felisbino, mostra outros casos gravíssimos, talvez, não envolvendo hoje, o Deputado Antônio Belinati, mas, talvez, próprios assessores da sua administração.

Daí que eu julgo importante, a ida do Deputado Antônio Belinati a esta Comissão, para esclarecer, mostrar sua versão, mostrar seu lado, mostrar sua verdade.

O **Sr. Antônio Belinati** - Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento**)

Vossa Excelência faz um pronunciamento ponderado.

Eu indagaria: Vossa Excelência teria condições de informar a esta Casa, qual foi, em cruzeiros, da época, a dívida que José Richa deixou? No dia 01 de fevereiro de 1977 quando deixou o cargo, e qual foi a dívida de Londrina, no dia em que eu deixei o cargo de Prefeito, a 13 de abril de 1982, nobre Deputado?

O SR. FIORI LUIZ - Pelos levantamentos que nós temos, o atual Governador, José Richa, deixou, em caixa, 33 milhões, na época.

O **Sr. Antônio Belinati** - Não, eu queria saber, a dívida. Se Vossa Excelência tem esses dados?

O SR. FIORI LUIZ - Temos dados, aqui: a dívida, 31 de janeiro de 1977, 28 milhões e 700 mil cruzeiros.

O **Sr. Antônio Belinati** - Vinte e oito milhões, débito para quem?

O SR. FIORI LUIZ - BNH, empréstimos.

O **Sr. Antônio Belinati** - E a dívida de Antônio Belinati, dia 13 de abril de 1982?

O SR. FIORI LUIZ - A valores de hoje, 140 bilhões.

O **Sr. Antônio Belinati** - Não, não, não, não, o valor da época, Excelência?

O SR. FIORI LUIZ - Cento e vinte e seis bilhões, atualizada.

O **Sr. Antônio Belinati** - Não, não, eu queria saber, porque Vossa Excelência informou a dívida do Richa, no valor de...

O SR. FIORI LUIZ - Quarenta bilhões, nobre Deputado.

O **Sr. Antônio Belinati** - Hein?

O SR. FIORI LUIZ - Quarenta bilhões.

O **Sr. Antônio Belinati** - Não, não é, Excelência.

O SR. FIORI LUIZ - Quarenta bilhões.

O **Sr. Antônio Belinati** - Vossa Excelência tem os dados?

O SR. FIORI LUIZ - Temos os dados, a valores, quando o Prefeito Wilson Moreira assumiu, 40 bilhões.

O **Sr. Antônio Belinati** - Não, a dívida que eu entreguei, que ele herdou? Eu deixei o cargo, quase um ano antes do prazo normal.

O SR. FIORI LUIZ - De certo, a dívida da administração, compondo seis anos de Vossa Excelência, e do ex-Prefeito, Del Ciel?

O **Sr. Antônio Belinati** - Não, não...

O SR. FIORI LUIZ - Mas, aí, cabe a Vossa Excelência ir à Comissão e prestar esses esclarecimentos. Pode ser, até, que Vossa Excelência não tenha nada a ver com essa situação de hoje, de Londrina. Daí que eu acho importante a sua ida.

O **Sr. Antônio Belinati** - Eu não estou negando, Excelência, que, como Prefeito, eu contrai dívidas de Londrina. O Richa, Vossa Excelência está dizendo aí, também contraiu dívidas. Eu não estou me recusando, em momento algum, a comparecer à Câmara Municipal. Aceitei prontamente, o convite, apenas eu estou aqui, estabelecendo que irei, ou no mesmo dia, ou no dia seguinte, ou quando a Comissão Especial julgar conveniente, mas, após a presença de José Richa, porque, ele me antecedeu, no cargo. Não tem sentido debater aqui, nobre Deputado...

O SR. FIORI LUIZ - Mas a Comissão foi formada especificamente para analisar o endividamento e as obras inacabadas, no período de Vossa Excelência, na Prefeitura.

O **Sr. Antônio Belinati** - Vossa Excelência há de convir que, quando se fala em endividamento de um município, tem que ser global. O próprio Richa deixou várias obras inacabadas. Vossa Excelência é testemunha.

O SR. FIORI LUIZ - Por exemplo?

O **Sr. Antônio Belinati** - Largou o prédio da Prefeitura, largou o prédio da Prefeitura, largou a Via Expressa...

O SR. FIORI LUIZ - A Via Expressa - a Via Expressa ficou com o saldo vinculado no BANESTADO, com a verba para conclusão.

O **Sr. Antônio Belinati** - Muito bem! Nós inauguramos a Via Expressa, em setembro, e lembre-se bem, Excelência, nunca dirigimos uma crítica sequer a José Richa, pela dívida. Eu tenho a impressão que, alguns, preocupados em bajular o cidadão Jo-

sê Richa, estão querendo até tumultuar o meu comportamento, porque, até hoje eu jamais proferi uma palavra sequer de crítica ao Richa, pelas dívidas que ele contraiu. Eu apenas condicionei a minha ida, e vou com o maior prazer, após o depoimento do Richa, porque daí então eu teria a seqüência do que ele falou, para poder clarear melhor as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ - É o que nós esperamos, nobre Deputado, inclusive uma atitude digna de Vossa Excelência, em respeito à população de Londrina e à própria Câmara de Vereadores, essa Comissão o aguarda, para prestar todos os esclarecimentos.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do restante do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero registrar que, por determinação do Governador José Richa, o IPE está contratando deficientes físicos para atividades em que eles são plenamente funcionais, como, serviços naquela repartição. E, por determinação do Governador, outros órgãos do Governo, da Administração Estadual, também estão participando com a contratação de deficientes do Estado, dentro de uma política de dar condições e chances, às pessoas que hoje, têm muita dificuldade em encontrar mercado de trabalho.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Chegou hoje no Paraná, desembarcou aqui, o escalão multinacional da Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas, em que vieram, aqui no Paraná, contestar as diversas denúncias sobre agrotóxicos, que nós temos tido no País.

Vieram, com dados de um médico argentino chamado Emílio Astolfi que presta serviços àquela Organização, dizer que, as doses de venenos que hoje existem nos alimentos, comprovadamente, são doses que não fazem mal à saúde, contrariamente a inúmeros pareceres científicos, inclusive proibições dos países de origem.

Recentemente, no Estado de São Paulo, o Instituto de Tecnologia de Alimentos analisou 1.200 produtos, entre eles salsicha, leite Ninho, leite em pó das empresas Swift, Sadia, Perdigão, Nestlé e 90% desses produtos estavam contaminados com organo-clorato. A nossa preocupação não se baseia apenas Senhor Presidente, Senhores deputados em fazer a denúncia as contaminações, mas fundamentalmente, encontrar as respostas e soluções para esse problema.

Mas à medida que nós procuramos encontrar as respostas e soluções, as empresas multinacionais que faturam 700 milhões de dólares com o uso de agrotóxicos na agricultura, tentam provocar respostas sofismáticas para este grave problema.

Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, alterações a curtíssimo prazo podem ser feitas, como a Lei de Agrotóxicos, que foi aprovada por unanimidade por este Poder e que será regulamentada por decreto oficialmente - tivemos essa informação hoje, - na semana que vem pelo Senhor Governador do Estado. A Lei Estadual é algo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ofereceu à comunidade como solução de alguns problemas, embora todos nós saibamos que a solução desse problema está na reformulação do modelo econômico e da política agrícola, uma política agrícola voltada fundamentalmente para a agricultura industrial.

Para se ter uma idéia, nos últimos quinze anos, o consumo de agrotóxicos aumentou no Brasil em 424%, atendendo aos interesses da indústria, e perguntamos nós a estes escalões precursores multinacionais que vieram hoje ao Paraná, quais os resultados efetivos para a população brasileira. Vamos dizer e afirmar que não foi nenhum, apenas foram resultados negativos como a poluição dos rios, das águas, dos alimentos e morte de trabalhadores.

Mas alguém aqui poderia perguntar sobre a questão da produção agrícola. E nós vamos mais além: nos últimos 15 anos houve um aumento de 424% no uso de agrotóxicos e a produtividade da agricultura brasileira nestes mesmos 15 anos, dos 15 principais produtos, aumentou a irrisória quantia de apenas 4,9%.

Portanto, nem resultados de produtividade, os agrotóxicos deram para a agricultura nestes últimos anos. Isto demonstra cabalmente que temos uma agricultura voltada para atender aos interesses dos industriais, industriais multinacionais que vem ao Paraná, agora, responsabilizar os agricultores, pelo uso inadequado desses produtos, mas não dizem da mentira que colocam nos rótulos, da mentira criminosas que as multinacionais colocam nos rótulos como podemos comprovar. Não informam da massificação da propaganda na televisão no dia a dia e não informam do "lobby" e da tentativa de suborno que fazem nesse País.

Portanto, à medida que esses "lobbies" internacionais vêm ao Paraná, tentar denegrir esse Poder, porque chamaram este Poder hoje de "militantes e políticos ativistas, mantidos por ideologias estranhas". Este Poder Legislativo aprovou a legislação de agrotóxicos com unanimidade e vem o seu Peçanha dizer que a luta de agrotóxicos é uma luta mantida por ideolo-

gias estranhas.

Foi uma luta suprapartidária, porque temos inclusive e tivemos na oportunidade, a solidariedade da Liderança do PDS. Faço essa nota aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados para repudiar qualquer tentativa de, sofisticadamente, tentar mudar o rumo do encaminhamento das questões e soluções dos agrotóxicos.

Na verdade, o que está em jogo, isto sim, são 700 milhões de dólares em que as indústrias e as empresas que comercializam esses produtos, estão enchendo os bolsos, inclusive não se nega, como fizeram aqui no Paraná, tentar subornar a Secretaria da Agricultura para não colocar em prática a política da Lei dos Agrotóxicos.

É esta a nota que faço Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que fique bem claro que, qualquer atividade na luta contra os agrotóxicos e a favor da vida, é uma atividade de cidadãos conscientes, que têm consciência pura do que representam esses produtos na alimentação diária. Não dos outros, mas, de nós mesmos. Porque, conforme as análises feitas em Cascavel, 70% dos agricultores em que tiveram seus sangues analisados, demonstraram alta quantidade de agrotóxicos no sangue. E, da mesma forma que São Paulo analisou 1.200 produtos, eu entendo que a Secretaria de Saúde deve imediatamente começar análises para dizer à população quais são os produtos que ela pode e quais os que ela não deve consumir.

A inspeção que se faz, é uma inspeção biológica e nós precisamos da inspeção química também. Porque na carne estão encrustados hormônios, estão colocados defensivos químicos ou agrotóxicos. E nós precisamos, urgentemente, que o Governo do Paraná através da Secretaria de Saúde, também faça essas análises para que a população tenha consciência daquilo que ela está consumindo.

Não resta dúvida que se de 1.200 amostras de produtos analisados em São Paulo, 80% estão contaminados de grandes indústrias que comercializam aqui também, quem diz que não estamos comendo produtos contaminados? Não resta dúvida que esta é uma questão de patriotismo e de luta. E nós repudiamos a ANDEF, que vem ao Paraná tentar sofismar em relação à luta pela vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (~~Se~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Ainda no horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti, por sete minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (**Lê**):

"Existem certas incoerências na administração pública que não resistem a uma análise pura e simples pela ótica do bom senso. E, o pior, tais incoerências são sempre localizadas nos escaninhos dos tecnoburocratas, onde o óbvio se reveste da complicação, e o claro se transveste na roupagem do escuro e do inexplicável.

Reparem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a materialização da incoerência - por influência externa - ocorrendo na Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR; aquela empresa, responsável pela classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, ao proceder a cobrança da taxa sobre esse serviço, **era obrigada** a fazê-lo, adotando uma tonelada como unidade de peso; eventual fração de tonelada devia ser cobrada como uma tonelada, arredondando-se a fração sempre para maior. Tal determinação partia de órgãos federais, e o ofício circular da Divisão de Padronização e Classificação de Produtos de Origem Vegetal, subordinada ao Ministério da Agricultura, até mesmo exemplificava tal situação: "Em 12.600 quilos de qualquer produto classificado, deve ser cobrada taxa correspondente a 13.000 quilos, ou seja, 13 toneladas; no caso de 400 quilos, deve ser cobrada a taxa equivalente a 1.000 quilos, ou uma tonelada".

Na verdade, a CLASPAR, atuando a nível estadual, é mera executora de portarias interministeriais. E foi neste papel que baixou a Instrução Normativa n.º 010/83, de 30 de setembro de 1983, adotando esta sistemática a nível de Estado do Paraná. Mas, repito: apenas ratificou o que era já estabelecido em esfera federal; como executora de convênio com o Ministério da Agricultura, convênio pelo qual obteve delegação de competência, submeteu-se às cláusulas do mesmo e à legislação pertinente. E como foi malhada por Deputados Federais do PDS! Porém, observem, Senhores: a CLASPAR não se submeteu passivamente: contestou a norma por caminhos administrativos, absolutamente corretos, em correspondência lapidária dirigida ao Digníssimo Secretário de Serviços Auxiliares da Comercialização do Ministério da Agricultura, onde manifestou expressamente sua não concordância com a norma imposta.

E, de fato: a se manter os critérios então estabelecidos pelo Governo Federal, a cobrança da taxa de classificação de produtos de origem vegetal prejudicava consideravelmente as finanças, principalmente do pequeno produtor, já tão carcomidas pela crise que atravessamos. A curto e médio prazo, isto redundaria em total desestímulo ao plantio. E não precisamos, nem eu nem os Senhores, caros Deputados, de grande esforço de imaginação para sentir

a extensão do problema, se considerarmos que, na comercialização a nível de produtor, lida-se, geralmente, com pequenas quantidades. Essas pequenas quantidades, sempre arredondadas para mais, indubitavelmente contribuiriam para o aumento dos custos de produção. E isto, sabemos, representaria um elo a mais na espiral alucinante que tem sido a elevação do preço do pão nosso de cada dia.

E a situação agrava-se ainda mais, se considerarmos que, ao se promover o transporte, nem sempre existem condições de toneladas redondas, em unidades inteiras.

Porém, o mais notável na atitude da CLASPAR, Senhor Presidente, Senhores deputados, é que, ao discordar das normas baixadas pelo Governo Federal, ela voltou-se contra seus próprios interesses. Evidente, pois cobrando a taxa de classificação pela forma determinada, teria chances de engordar notoriamente o ingresso de recursos em seus cofres. Então, por que se insurgiu a CLASPAR?

Simplesmente porque a COBRANÇA DE SERVIÇOS REALMENTE NÃO EXECUTADOS LHE PARECIA UM PROCEDIMENTO ABSURDO, IMORAL E ILEGAL.

Outros segmentos - ligados direta ou indiretamente à agricultura paranaense e nacional - também levantaram a questão e puseram em cheque a sua validade.

A novela estendeu-se por vários meses - quase um ano - mas teve um final feliz. O Governo Federal, pressionado pelas contínuas reivindicações de vários segmentos da agricultura, obrigou-se a rever os critérios de cobrança dessa taxa, adotando, então, uma posição mais justa, honesta e coerente.

O Diário Oficial da União de 17 de julho de 1984, publicou Portaria Interministerial n.º 104, de 16 de julho, assinada pelos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura, da Fazenda e da Secretaria do Planejamento, portaria essa que reconsidera a posição anterior e delega poderes aos órgãos de classificação do Brasil, a nível de Estados, a procederem a cobrança da taxa de classificação de produtos de origem vegetal sobre o peso real.

E nesta tarde, Senhor Presidente, queremos registrar, aqui, a certeza que temos de que o trabalho desenvolvido pela CLASPAR se constitui numa importante parcela de contribuição para que fosse modificada essa situação incoerente, absurda, imoral e inaceitável, representada pelos critérios de cobrança da taxa de classificação de produtos de origem vegetal. Por isto, congratulamo-nos com a CLASPAR.

E congratulamo-nos, também, com o pequeno produtor que, a partir de agora, ao classificar sua safra de 1.500 quilos, pagará uma taxa sobre uma tonelada e meia, e

não mais sobre duas.

E que, atitudes como a da CLASPAR, contribuam para nortear as atitudes de todos nós que, a mando das urnas, assumimos o compromisso de zelar pela coisa pública.

É mais um exemplo do que se pode fazer em prol da população, quando se tem como meta fundamental o soerguimento da economia em nosso Estado do Paraná."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Por sete minutos falarei, e após o restante do tempo será ocupado pelo Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está com a palavra o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pior do que uma mentira é uma meia-verdade, diz o ditado popular. E o que vimos hoje foi o Deputado Márcio Almeida, tal qual "pau-mandado" do seu atual amo e senhor José Richa, vir praticar neste Plenário uma meia-verdade ao dizer que o seu ex-chefe administrativo, o seu ex-comandante político, Prefeito Antônio Belinati, recusara-se a ir a uma Comissão de Investigação da Câmara Municipal de Londrina, patrocinada por um homem, cuja suspeição moral deve ser levantada neste Plenário, o seu sócio-ideológico, Vereador Tadeu Felismino e conhecido corretor de publicidade na cidade de Londrina; meia-verdade pior do que a mentira completa, Senhor Presidente porque o eminente Deputado Antônio Belinati jamais se recusou em prestar os esclarecimentos à Câmara Municipal de Londrina como diariamente, praticamente tem prestado ao seu povo através de contato permanente com suas bases ou através dos microfones radiofônicos.

Pediu o Deputado Belinati aquilo que acusou os governistas que conjugam o verbo trair em todos os tempos que, antes dele, até por uma questão cronológica, fosse ao depoimento o "endividador-mor" do Estado do Paraná, José Calil Richa; "endividador-mor", Senhor Presidente, porque há apenas um ano e pouco de Governo, José Richa já conseguiu endividar o Estado do Paraná em dólares mais do que todos os outros Governadores da nossa História, e o faz de maneira irresponsável, pagando comissões a firmas de estelionatários, como fez no "escândalo dos dólares", onde determinou o seu sócio-político e ideológico Erasmo Garanhão, a alteração da taxa de 7 para 8%

num escândalo sem precedentes da história administrativa do nosso Estado

Esta é a verdade completa, Antônio Casemiro Belinati...

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - No momento oportuno.

O Sr. Nilso Sguarezi - Aguardarei.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Belinati não se recusa a ir ao depoimento; quer, entretanto, que o ex-Prefeito de Londrina vá à Câmara Municipal, diga de que forma conseguiu os empréstimos, as verbas à época em que era Prefeito, pois que, naquela época, ele vivia nas ante-salas e nos gabinetes palacianos de Brasília para solicitar daqueles a quem depois denominou de desonestos na campanha eleitoral, os financiamentos necessários para implementar o seu programa de obras na cidade de Londrina.

Respeito o posicionamento político e o posicionamento ideológico de cada Parlamentar nesta Casa; respeito as razões políticas e ideológicas do Deputado Márcio Almeida, como respeito Sr. Presidente e Srs. Deputados a justa revolta de um homem que ao oferecer a oportunidade ao Deputado Márcio Almeida, a pedido de um homem que o Deputado Márcio Almeida também abandonou na vida pública. O Deputado Belinati hoje mostrou em plenário desta Casa a sua revolta de caráter pessoal contra aquilo que ele considera traição ao tempo comum de trabalho; traição ao sonho que ele tinha e que provavelmente o Deputado Márcio Almeida tinha em fazer de Londrina uma cidade mais próspera e um povo com mais saúde e com melhores condições de vida.

O que vimos aqui foi a demonstração da justa revolta de um homem que como Bento Munhoz da Rocha pôde dizer, que o seu ex-companheiro e amigo de secretaria, conjugou o verbo trair em todos os tempos e em todas as formas.

O Sr. Márcio Almeida - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu entendo até a tentativa até o momento de defesa de um colega de vossa bancada.

No entanto eu gostaria que essa defesa viesse na contra argumentação dos dados e fatos que eu apresentei.

O envidiador-mor do Município de Londrina não foi, não é o atual Governador José Richa. Os dados estão aí.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu não sei porque não afirmei isso. Disse que é do Paraná.

Vossa Excelência deve prestar este depoimento na Câmara de Londrina e não na Assembléia, porque nós estamos tratando de problema estadual.

O Sr. Márcio Almeida - Na medida em que,

nesta tribuna que o Senhor ocupa hoje, inverdades forem proferidas, creio que é dever de cada um dos Deputados desta Casa de contribuir para que sejam respostas.

Foi nesse sentido que a minha intervenção hoje se deu.

O fato do abandono dos correligionários que o Senhor nem mencionou o nome do ex-Prefeito, também Dalton Paranaguá, de fato e com muita honra aquele que me indicou para assumir a Secretaria de Saúde e Informação Social da Prefeitura de Londrina...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Então, Vossa Excelência concorda, quem foi abandonado, quem abandonou foi o partido de Vossa Excelência.

O Sr. Márcio Almeida - Ainda antes de ontem, tive oportunidade de uma conversa franca e longa com o ex-Prefeito Dalton Paranaguá, cujos documentos coincidentemente estão aqui na pasta...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Entre a conversa particular de Vossa Excelência e a manifestação pública do Prefeito Dalton Paranaguá, eu fico com a manifestação pública.

Vossa Excelência está relevando uma conversa particular.

O Sr. Márcio Almeida - Cujos documentos que ele me entregou, estão aqui que mostra quem de fato traiu quem.

O Dr. Dalton Paranaguá, médico desde 1955 na cidade de Londrina, vem sido negada a sua aposentadoria especial que há anos ele requer, vem sido negada pelo partido de Vossa Excelência.

O partido de Vossa Excelência que na Previdência Social do Paraná, tem o atual Deputado Oscar Alves como um dos gerentes informais, nega há anos ao ex-Prefeito Paranaguá a sua aposentadoria legítima.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Depois de Vossa Excelência ter promovido a expulsão do Dr. Dalton Paranaguá do seu partido, Vossa Excelência agora melhorou e está preocupado com a aposentadoria do Dr. Dalton Paranaguá.

Essa é a coerência de Vossa Excelência.

O Sr. Márcio Almeida - O Dr. Dalton Paranaguá não foi expulso do PMDB, ele se retirou do PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu lamento Deputado Márcio. Eu não sei se eu posso acreditar no Deputado Márcio de hoje ou no Deputado Márcio de ontem.

O Sr. Márcio Almeida - É o de sempre. A coerência da vida política, da minha participação, nobre Deputado, está exposta. O Sr. pode acreditar na de ontem, na de hoje, que o Sr. não vai cair em nenhum momento no ridículo.

Na verdade, o que existe, é que se tenta hoje me colocar na condição de trai-



dor, quando os fatos são outros.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Nem no seu oportunismo (**vozes sobrepostas**) Vossa Excelência está sendo mandada pelo Palácio Iguazu, numa tentativa de criar problemas exatamente para o Deputado Antônio Belinati. Isso eu não desacredito, Deputado.

O Sr. Márcio Almeida- O Palácio Iguazu não tem envolvimento nessa questão municipal.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência sabe que esteve reunido com o Governador José Richa, para vir dar a resposta hoje. Vossa Excelência sabe, ou não sabe? Vossa Excelência sabe (**vozes sobrepostas**).

O Sr.Márcio Almeida- Só um esclarecimento da parte do Senhor.

O Senhor citou no início que o Vereador Tadeu Felisbino, que o Presidente da Comissão, Vereador Felisbino, o que ele representaria? O Senhor citou no início? Corretor do que?

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Corretor de Publicidade.

O Sr. Márcio Almeida- O Senhor conhece o nobre Vereador Tadeu Felisbino?

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pessoalmente, não.

O Sr. Márcio Almeida- Sabe profissionalmente o que ele é?

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sei que é jornalista.

O Sr.Márcio Almeida- E trabalha aonde?

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Atualmente deve ser Vereador na Câmara Municipal, se preside a Comissão da Câmara Municipal.

O Sr. Márcio Almeida- E quando é que ele foi Corretor na vida?

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Quando ele tinha um jornal em Londrina, ou Vossa Excelência não lembra disso?

O Sr.Márcio Almeida- O nobre Vereador Tadeu Felisbino, sempre trabalhou na "Folha de Londrina", atualmente tem um cargo de professor na Universidade de Londrina; de fato ele foi editor de jornal.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência lembrou bem um outro episódio. O episódio onde ele estimulou uma movimen-

tação contra a Reitoria da Universidade de Londrina, após ter sido contratado, ele apaziguou os ânimos.

O Sr.Márcio Almeida- Ele foi Presidente do DCE de Londrina na sequência da minha gestão.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Aliás este oportunismo é característico no partido de Vossa Excelência.

O Sr.Márcio Almeida- Eu gostaria só que ficasse registrado. O Senhor não falou só corretor, o Senhor disse um outro termo aí que eu entendo como um adjetivo delicado.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Disse que o Vereador Tadeu Felisbino foi Corretor de Publicidade na Cidade de Londrina.

O Sr.Márcio Almeida- Ele como editor de um jornal, tinha a obrigação (**vozes sobrepostas**).

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - De qual jornal? De qual jornal? De qual?

O Sr.Márcio Almeida- De qual jornal ele foi editor?

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - É.

O Sr.Márcio Almeida- Se a memória não me falha.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Diga Vossa Excelência. Vossa Excelência sabe. Agora Vossa Excelência está esquecido (**vozes sobrepostas**).

O Sr.Márcio Almeida- Se não me engano é "NOSSA CIDADE". "NOSSA CIDADE" o nome do Jornal.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência só lembra as coisas. Ele era editor de Jornal? De que jornal? Diga, mas diga a verdade.

O Sr.Márcio Almeida- Foi editor do jornal, se não me engano "NOSSA CIDADE".. A palavra é do Senhor.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Se não me engano, Vossa Excelência falou. É? Então quando Vossa Excelência tiver certeza, Vossa Excelência venha discutir comigo.

Continuo, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Para dizer a este Plenário que respeito as razões de ordem pessoal que levaram o Deputado Antônio Belinati a manifestar a

justa ira, a ira do justo, contra aqueles que conjugaram no passado o verbo trair em todas as formas e que hoje conjugam a vassalagem e o oportunismo político.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O **Sr. Nilso Sguarezi**- Primeiro, para formular o meu aparte, queria ver se entendi bem uma afirmação que Vossa Excelência fez.

De que o Governador José Richa teria determinado ao ex-Secretário Erasmo Garanhão, a alterar as taxas de corretagem. Foi exatamente isto que eu ouvi?

O **SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** - Vossa Excelência ouviu mal. Vossa Excelência ouviu mal.

O **Sr. Nilso Sguarezi**- Então gostaria que Vossa Excelência esclarecesse bem este fato. Porque ainda é tempo, acredito que as taquígrafas também pegaram isto; a Casa inteira ouviu, Vossa Excelência proferir alto e bom som- eu ao menos, ouvi isso; e por isso eu sei que esta afirmação seria de Vossa Excelência muito incoerente, pois eu estou pedindo a Vossa Excelência se realmente Vossa Excelência confirma. Que Vossa Excelência disse que o Governador José Richa determinou ao seu sócio Erasmo Garanhão que alterasse as taxas de corretagem. Queria ver se foi isso mesmo que Vossa Excelência disse.

O **SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** - Vossa Excelência já terminou o aparte?

Eu vou responder a Vossa Excelência e Vossa Excelência permita-me responder.

Eu, em nenhum momento, usei a expressão de que Sua Excelência o Governador José Richa determinou ao seu auxiliar, ao seu amigo, ao seu sócio político, ao seu sócio de administração, Erasmo Garanhão, a alteração da taxa, depois do contrato epistolar entre a Secretaria das Finanças e a Empresa Midland Montagui, já ter sido concretizado. Entretanto, Sua Excelência, o Governador José Richa foi a um churrasco na casa do Secretário Erasmo Garanhão. E ali no meio de comes e bebes, com um cidadão que era o representante de uma firma que foi processada em São Paulo, como firma de estelionatário, e como ali, o Governador José Richa, presente, conversando, trocando idéias, comendo uma carne, ele viu o Secretário Erasmo Garanhão autorizar, de plano, o empréstimo de 7 milhões e 200 mil dólares. E a empresa já sabia que o saldo do endividamento do Estado do Paraná, pasmem Senhores, era de 7 milhões e 200 mil dólares. E sabe por que isso?

Porque a firma havia contribuído para a eleição do PMDB em 1982. E portanto merecia crédito do Governo do Estado; e por-

tanto, merecia confiança.

Um negócio de 7 milhões e 200 mil dólares, com uma firma cujo proprietário é sonegador fiscal; tinha caixa 2; é estelionatário. Foi autorizado pelo Secretário Erasmo Garanhão, na presença de Sua Excelência Governador José Richa e outras autoridades estaduais.

Bem como o Secretário Chefe da Casa Civil, Euclides Scalco.

O **Sr. Nilso Sguarezi**- Vossa Excelência permite então eu formular o meu aparte agora? Já que Vossa Excelência não respondeu.

O **SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** - Eu não concluí ainda. Eu não concluí ainda.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados. As vinculações do Senhor Erasmo Garanhão, com o Senhor José Richa, são fatos públicos e notórios neste Estado. O Senhor Erasmo Garanhão, por exemplo hoje, tem escritório nesta cidade de Curitiba, na Rua Marechal Deodoro, no prédio n.º 500, o edifício chama-se edifício Império, pois bem, aonde despachava o Governador José Richa com escritório pessoal seu. É este homem que não quer ir a Londrina, despachava exatamente no escritório do Senhor Erasmo Garanhão! Ou será que o Paraná desconhece que o Senhor Erasmo Garanhão tem voado constante e permanentemente no avião comprado a dólares, na mordomia a jato, implantada pelo regime do PMDB no Paraná?

Quantas viagens, Senhor Presidente, do amigo sócio político Erasmo Garanhão? E todas as revelações que faço da tribuna, quem sabe sejam enfadonhas a Bancada Governista nesta Casa, à ilustrada Bancada Governista nesta Casa, pois que eles sabem que as minhas palavras são retiradas de depoimentos prestados por homens que participaram das negociatas em dólares, que envergonham o Paraná, que envergonham o PMDB e que, graças a Deus, Deputado Antônio Belinati, Vossa Excelência tem sido injuriado na vida pública, e Vossa Excelência que saiu da humildade da casa de um ferroviário, Vossa Excelência pode voltar para a sua casa e dizer, fiz dívida para construir casa para o meu povo, fiz dívida para levar saúde para a minha gente, mas não fiz dívida e nem fiz Governo para levar dólares para a casa de meia dúzia de picaretas que exploram o sangue e o suor do capital nacional, esta é a distinção que lhe dá condições, eminente Deputado Antônio Belinati de olhar para a sua gente e de dizer que o seu passado é limpo e que não se confunde com negociatas realizadas entre o Governador do Estado, estelionatários e o Secretário, inadequado administrativamente, Erasmo Garanhão, em churras-

Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro- Vossa Excelência é extremamente feliz nas colocações que faz no pronunciamento neste momento, não só na defesa do ilustre Deputado Antônio Belinati, como também ao aludir à desenvoltura do Senhor Erasmo Garanhão, que continua transitando nos gabinetes palacianos com a mesma influência que exercia aos tempos de Secretário de Estado. Ainda há pouco, Deputado Luiz Alberto, o Senhor Erasmo Garanhão foi o intermediário de acordos entre empresas e o Banco do Estado do Paraná e não faz muito tempo o Senhor Erasmo Garanhão recebia...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Com comissão ou sem comissão?

O Sr. Airton Cordeiro- Eu imagino que num trabalho profissional, regimento comissionado.

Mas, não faz tempo o Senhor Erasmo Garanhão recebeu Prefeitos, no Gabinete do Secretário de Estado do Planejamento, Otto Bracarense.

Coloca-se diante do Paraná um grande dilema...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Permita-me, nobre Deputado, eu gostaria de dialogar com Vossa Excelência.

Eu tenho visto o esforço dos Deputados governistas em atender o seu eleitorado, as justas reivindicações dos seus Prefeitos, o sonho dos Municípios para que o Governador José Richa possa, enfim, sair desse governo pavoroso, e possa fazer alguma obra.

E eu vejo e acompanho até o esforço dos Deputados. Confesso que me surpreendi que o Senhor Erasmo Garanhão foi contratado ou estaria para ser contratado por uma Associação de Prefeitos - parece-me que da região de Campo Mourão - para ser o intermediário entre reivindicações daqueles municípios e o Governo do Estado.

Isto me parece até uma ofensa aos eminentes Deputados do PMDB.

O Sr. Airton Cordeiro- Lembro a Vossa Excelência e à Casa, o dilema em que hoje se coloca para julgamento do povo do Paraná, em relação ao Senhor Erasmo Garanhão. Foi demitido do seu cargo, pelo Governador do Estado, pelas razões apontadas no relatório elaborado pela Comissão designada pelo próprio Governador; o Governador determinou que esse relatório fosse publicado no Diário Oficial.

Passou a partir daquele momento, a partir da publicação, a ser um documento

de fé pública. E como é que não podemos admitir que um homem demitido da função pública, por negligência, por prodigalidade, por imprudência, por incompetência, pode estar hoje, transitando pelos gabinetes do Governador do Estado, com a facilidade com que transita.

Vossa Excelência menciona, com muita propriedade, a questão da ajuda daqueles que intermediaram os empréstimos internacionais da campanha eleitoral do Senhor José Richa: tráfico de influência punido pelo Código Penal!

E aí estamos nós, vendo o Governador do Estado, aceitando complacentemente, ou melhor, com o seu endosso, essa desenvoltura do Senhor Erasmo Garanhão.

Ao que tudo indica, de nada valeram os esforços desta Casa, e de nada valeu a iniciativa do Governador de designar uma Comissão de Alto Nível, para apurar aquelas irregularidades, se o culpado continua exercendo muita influência no Governo do Paraná.

E eu lamento que, até agora, a ação popular movida contra o Senhor Erasmo Garanhão, o Governador José Richa, que é responsável pela assinatura dos contratos de empréstimo internacional, o Senhor José Richa não tenha se pronunciado, o que me faz imaginar que a sua cumplicidade o impede de um pronunciamento público.

Meus parabéns, pelo pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -(Trajano Bastos)- Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

Com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 49/83 - (ex-Proposição n.º 48/83), que aprova os Convênios datados de 09.03.83, celebrado entre o Estado do Paraná, atra-

vés da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE.

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/83**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios, datados de 09.03.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os Municípios de Alvorada do Sul, Cafeara, Floresta, Iguaraçu, Itaguapé, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Juranda, Mandaguaçu, Marumbi, Munhoz de Melo, Paraíso do Norte, Paranapoema, Porecatu, Santa Mariana, São Carlos do Ivaí e São Pedro do Ivaí, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo do Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1984

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator.

Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(**É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados**).

33 (trinta e três) Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e deliberação.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 198 e 202/84, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 49/83, ex-Proposição n.º 48/83. Em vo-

tação. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 198 e 202/84, constantes da Ordem do Dia de hoje, acima aprovados:

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 198/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 167/84), que visa obter autorização de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 2.119.735.000,00 (dois bilhões, cento e dezenove milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), destinados a atender despesas com obras e instalações do "ANEXO AO PLENÁRIO" da Assembléia Legislativa, para o exercício de 1984, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 202/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 164/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 701.700.000,00 (setecentos e um milhões e setecentos mil cruzeiros), destinados a atender despesas de outros custeios e obras e instalações da Assembléia Legislativa, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 43/84 (Mensagem n.º 38/84), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Guaraci, objetivando realização da Feira de Exposições Agropecuárias. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 43/84**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 15/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Guaraci, objetivando a realização da Feira de Exposições Agropecuárias.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21/08/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

(a) GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 44/84 (Mensagem n.º 39/84), que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 25/04/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Ibaiti, objetivando a adoção de ação conjunta com

vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art.1.º - Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 25 de abril de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Ibaiti, objetivando a adoção de ação conjunta com vistas à execução do programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Art.2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21/08/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
(a) GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 45/84 (Mensagem n.º 40/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art.1.º - Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira datados em 08 de dezembro de 1983, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Iyatuba n.º 425/83, Planaltina do Paraná n.º 526/83, Santa Cecília do Pavão n.º 457/83, Santa Mariana n.º 527/83, Tapira n.º 525/83 e Terra Boa n.º 554/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes, nos referidos municípios.

Art.2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21/08/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
(a) GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 46/84 (Mensagem n.º 11/84), que aprova o 3.º Termo Aditivo de 08.11.83, ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 21.03.80, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e o Município de Mandirituba,

objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art.1.º - Fica aprovado o 3.º Termo Aditivo, datado de 08 de novembro de 1983, ao Convênio n.º 09/80, celebrado em 21 de março de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e o Município de Mandirituba, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas, no referido Município.

Art.2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21/08/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
(a) GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 47/84 (Mensagem n.º 137/83), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 10.08.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Matelândia, Ribeirão do Pinhal e Tomazina, visando execução de obras para recuperação de estradas nos referidos municípios. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art.1.º - Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 10.08.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Matelândia, n.º 332/83; Ribeirão do Pinhal, n.º 327/83 e Tomazina, n.º 333/83, visando a execução de obras para recuperação de estradas nos respectivos municípios.

Art.2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21/08/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
(a) GILBERTO CARVALHO - Relator.

4.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 199/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 126/83), que considera como Área Especial de Interesse Turístico, conforme disposto na Lei Federal n.º 6513, de 20.12.77, a área de terras descritas no Decreto Estadual n.º 4484/81. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.T.I.C. e C.T., por

unanimidade. Com Substitutivo Geral de Plenário. Em Regime de Urgência.

Em votação o Substitutivo Geral de Plenário. **Aprovado** em 3.<sup>a</sup> discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 57/83, de autoria do Deputado Roberto Requião, que autoriza o Poder Executivo, mediante convênio, repassar ao municípios o Produto da Arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de que trata a Lei Estadual n.º 5464, de 31 de dezembro de 1966. Com Parecer Favorável e Substitutivo da C.C.J., por unanimidade e com parecer Favorável da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 124/83, de autoria do Deputado Roberto Requião e outros, que ceda a qualquer título, distribuição de dividendos a funcionários e diretores, de empresas de economia mista, nas quais o Estado seja acionista majoritário, e dá outras providências. Com Pareceres Contrário da C.C.J., por unanimidade e Favorável com Substitutivo Geral da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda Substitutiva da Comissão de Finanças, devidamente apoiada. Em discussão o Projeto e as Emendas.

Em votação o Substitutivo de Plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA À EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE FINANÇAS APRESENTADA AO PROJETO DE LEI N.º 124/83**

Substitua-se o texto do Projeto de Lei n.º 124/83, pelo seguinte:

Art.1.º - Nas empresas públicas e sociedades de economia mista, cujo capital o Estado participe majoritariamente, fica vedada a participação, a qualquer título, nos lucros por funcionários e diretores.

Parágrafo Único - A proibição estabelecida neste artigo estende-se ao pagamento de salários adicionais, a qualquer título, excluindo o 13.º salário, ressalvados os direitos adquiridos.

Art.2.º - As empresas públicas e sociedades de economia mista, nas quais o Estado seja acionista majoritário, deverão, obrigatoriamente, movimentar seus recursos financeiros através do Banco do Estado do Paraná S/A.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/84.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoio: Nilso Squarezzi, Caíto Quintana, José Antônio Fonseca, Ferrari Júnior.

Em votação o Substitutivo de Plenário - **Aprovado**, ficando prejudicado o Substitutivo da Comissão de Finanças.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 93/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que fixa em 50 (cinquenta) anos completos, o limite de idade para inscrição em concurso público, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 125/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que prorroga por 30 (trinta) dias, o prazo estipulado pelo artigo 1.º, da Lei n.º 7.268, de 26.12.79, conforme especifica. (OPÇÃO NO REGIME DE TRABALHO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 01/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO e OUTROS, que dá nova redação ao art. 73, do Regimento Interno, e outras providências. (DA TRIBUNA LIVRE). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria.

Sobre o referido Projeto, Emenda de Plenário, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/83**

O Art.3.º do Projeto de Resolução n.º 01/83, passa a ter a seguinte redação, incluídos ainda os parágrafos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º.

"Art. 3.º - Fica criada a Tribuna Livre que será realizada em sessão extraordinária, na sexta-feira, com duração de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por 15 (quinze) minutos, a critério da Mesa.

§ 1.º - Ocupará a Tribuna Livre, criada por este artigo, qualquer entidade ou organização de classe, a nível de Estado do Paraná, inclusive partidos políticos legalmente constituídos, sem representação parlamentar;

§ 2.º - As entidades a que se refere o parágrafo anterior para participarem da Tribuna Livre, deverão estar autorizados por suas respectivas Assembléias Gerais, convocadas especialmente para este fim, bem como para escolher o assunto que deverá ser trazido ao Plenário da Assembléia;

§ 3.º - Para efetivarem, em livro próprio, suas participações, deverão encaminhar à Mesa, a ata da Assembléia Geral que autorizou a participação, bem como o tema

a ser abordado;

§ 4.º - Com a apresentação da ata dos pretendentes à Tribuna Livre, A Mesa a encaminhará para uma única discussão do Plenário, que votará ou não a sua inclusão na pauta;

§ 5.º - Em se tratando do partido político, para inscrição na Tribuna Livre, é obrigatória a autorização prévia do respectivo Diretório Regional".

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1984

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Márcio Almeida, Roberto Requião, Eduardo Baggio, Edmar Luiz Costa.

Em discussão o Projeto e a Emenda de Plenário. Em votação a Emenda Substitutiva ao Projeto de Resolução n.º 01/83. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem).

Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal, para verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa suspende a sessão.

Está reaberta a sessão. A Mesa solicita aos Senhores Deputados para que tomem assento em seus lugares. O Senhor 1.º Secretário irá terminar de fazer a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O Senhor 1.º Secretário procede a segunda chamada).

Trinta e cinco (35) Senhores Deputados responderam a chamada. Solicito aos Senhores Deputados que retomem seus assentos para que possamos proceder a verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

Vinte e dois (22) Senhores Deputados aprovam; Dois (2) Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 04/84, de autoria do Deputado ROBERTO

REQUIÃO, que veda o uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 60/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 81/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 30.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Mandaguaçu, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Encerrada a discussão.**

O SR. ROBERTO REQUIÃO - (Pela Ordem). Senhor Presidente, requeiro verificação de votação para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). A Mesa consulta o ilustre Deputado que pediu a palavra "pela ordem" se requer chamada nominal. Não tem matéria em votação. Não há possibilidade de verificação de votação.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 61/84 (Mensagem n.º 47/84 - ex-Proposição n.º 88/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 29.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Barbosa Ferraz, visando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 62/84 (Mensagem n.º 52/84 - ex-Proposição n.º 93/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 63/84. (Mensagem n.º 138/83 - ex-Proposição n.º 46/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 30.09.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Campo Mourão, objetivando regular a ampliação



dos serviços de segurança contra incêndios e prestação de socorros públicos na área do referido município. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 64/84 (Mensagem n. 24/84 - ex-Proposição n. 27/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros de órgãos aqui mencionados. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 65/84 (Mensagem n. 16/84 - ex-Proposição n. 19/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 28.11.83, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, com interveniência da EMATER, objetivando a execução de serviços do "PROGRAMA ESPECIAL DO OESTE DO PARANÁ" - PRODOPAR. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 66/84 (Mensagem n. 139/83 - ex-Proposição n. 45/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio, celebrado entre o Estado do Paraná, n. 28/83, de 27.09.83, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e o Município de Curitiba, com participação do IPPUC, objetivando adoção de ação conjunta e coordenada no que respeita ao Sistema Metropolitano de Transportes. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 67/84 (Mensagem n. 61/84 - ex-Proposição n. 66/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, em 08.12.83 e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 68/84 (Mensagem n. 10/84 - ex-Proposição n. 13/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, n. 10/83, de 08.11.83, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Mandirituba, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução

de obras de interesse metropolitano. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 69/84 (Mensagem n. 34/84 - ex-Proposição n. 37/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 70/84 (Mensagem n. 82/84 - ex-Proposição n. 83/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 71/84 (Mensagem n. 131/83 - ex-Proposição n. 44/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 72/84 (Mensagem n. 43/84 - ex-Proposição n. 55/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Toledo, objetivando realização da "FESTA NACIONAL DO PORCO NO ROLETE", e ativar o fomento agrícola da região, ensejando amplo relacionamento entre os pecuaristas para melhoria da produção e da produtividade. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 73/84 (Mensagem n. 41/84 - ex-Proposição n. 54/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que espe-

cífica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 74/84 (Mensagem n.º 55/84 - ex-Proposição n.º 91/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 75/84 (Mensagem n.º 64/84 - ex-Proposição n.º 92/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 05.01.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Clevelândia, para atender necessidades técnicas e materiais dos produtores agrícolas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 76/84 (Mensagem n.º 48/84 - ex-Proposição n.º 84/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 77/84 (Mensagem n.º 03/84 - ex-Proposição n.º 06/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura com Municípios que especifica e objetivos adiante mencionados. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 78/84 (Mensagem n.º 54/84 - ex-Proposição n.º 82/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 80/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 72/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 81/84 (Mensagem n.º 53/84 - ex-Proposição n.º 87/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 82/84 (Mensagem n.º 50/84, ex-Proposição n.º 90/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 06.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana, conforme "PRONOROESTE". **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 83/84 (Mensagem n.º 57/84 - ex-Proposição n.º 62/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 2.º Termo Aditivo, datado de 29.12.83, ao Convênio celebrado em 13.06.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 120/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova redação aos Artigos 5.º, 6.º e 10.º da Resolução n.º 57, de 29.06.84, e dá outras providências. (ASCENÇÃO E PROGRESSÃO FUNCIONÁRIOS ALEP). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, encarecendo informa-

ções sobre viagens do Senhor Governador do Estado, no período de 1.º de janeiro a 10 de setembro do corrente ano. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações referente aos recursos destinados, desde 15 de março do corrente ano, até a presente data, à Prefeitura do Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao advogado paranaense Senhor Mário Stasiak pela honrosa classificação em 2.º lugar no 1.º Concurso Nacional de Poesias "Vinicius de Moraes", promovido pela União Nacional de Servidores Públicos, realizado no Rio de Janeiro. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, pleiteando uma ambulância para o Município de Boa Esperança. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, pleiteando a criação de uma Delegacia Especializada de Costumes na 10.ª Sub-Divisão Policial no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente do BADEP, por intermédio da Secretaria das Finanças, pleiteando a instalação de um Escritório Regional no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo estudos para a construção de um novo prédio para a Delegacia de Polícia no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, objetivando a reforma da quadra de esportes da Escola Francisco Vilanueva, no Município de Rolândia. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Senhor Secretário da Comunicação Social, pleiteando a criação de um núcleo da referida Secretaria no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo providências no sentido de dotar o Curso Profissionalizante da Escola Francisco Vilanueva, de instrutores, no Município de Rolândia. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, substanciado em apelo no sentido de que através da Secretaria da Cultura e Esporte, se dê cumprimento à Lei n.º 1.538, de 02 de dezembro de 1953, que criou na Capital do Estado a Casa de João Turin. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao empresário paranaense José Carlos de Carvalho, pela posse na Presidência da Associação Brasileira de Distribuidores de Veículos Automotores. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 10 de outubro, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário ao Senhor Padre Gustavo Henrique Pereira Filho. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada para o dia 10 de outubro do corrente ano, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Cel. Confúcio Pamplona. **Retirado pelo autor, para marcar nova data.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 01/83, 04/84, 60/84, 61/84, 62/84, 63/84, 64/84, 65/84, 66/84, 67/84, 68/84, 69/84, 70/84, 71/84, 72/84, 73/84, 74/84, 75/84, 76/84, 77/84, 78/84, 80/84, 81/84, 82/84, 83/84 e 120/84.

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 124/83.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 93/84, 125/84, 198/84 e 202/84.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 84/84, 85/84, 86/84, 87/84, 88/84, 89/84, 90/84, 91/84, 92/84, 93/84, 94/84, 95/84, 97/84, 101/84, 102/84, 103/84, 104/84, 105/84, 106/84 e 109/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 164/84.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 110/84, 111/84, 112/84 e 114/84.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.<sup>os</sup> 138/84, 150/84 e 151/84.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 20.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Homero Oguido apresentou redação final do Projeto de Lei n.º 174/84, Mensagem de autoria do Poder Executivo n.º 48/84, que objetiva autorizar o Poder Executivo contrair operação de créditos externos com o BID, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visa, ainda, autorizar concessão de fiança, garantia e contragarantia até o limite de US\$

130.000.000,00, a qual foi APROVADA sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário de Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 21.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 149/84, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 121/84, que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar com o Município de Ibiporã, as datas de terreno n.<sup>os</sup> 13 e 14, da Quadra 55, pelas datas n.<sup>os</sup> 3 e 4, da Quadra 33-A, destinadas a construção da nova Delegacia de Polícia do referido Município, bem como aos Projetos de Resolução de n.<sup>os</sup> 54/84, 55/84, 56/84, 57/84 e 59/84, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário.